

FACULDADE DOCTUM DE PEDAGOGIA DA SERRA

ALINY DE ARAUJO

ELIZABETH FELBERK DAMASCENO ALVES

MONIKE LIMA SILVA

**CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA CRIANÇAS SURDAS:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

**Serra
2015**

ALINY DE ARAUJO
ELIZABETH FELBERK DAMASCENO ALVES
MONIKE LIMA SILVA

**CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA CRIANÇAS SURDAS:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à Faculdade Doctum de
Pedagogia da Serra como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a, Dr^a Ana Cristina
Machado de Oliveira.

Serra
2015

ALINY DE ARAUJO
ELIZABETH FELBERK DAMASCENO ALVES
MONIKE LIMA SILVA

**CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA CRIANÇAS SURDAS:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Monografia apresentada à Faculdade Doctum de Pedagogia da Serra como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em 14/12/2015 pela banca composta pelos professores:

ANA CRISTINA MACHADO DE OLIVEIRA
Prof^a.Dr^a.

SANDILEUZA PEREIRA DA SILVA MENDES
Prof^a.Msc.

DEDICATÓRIAS

Dedico a Deus, por sempre guiar meus passos e a minha família, pelo incentivo e esforço incondicional de todos durante esses quatro anos de curso.

Aliny de Araujo.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem Ele nada seria possível, ao meu esposo Wallace que durante a minha trajetória sempre esteve ao meu lado, me dando força e muito amor, aos meus queridos filhos Victória e Victor pelo carinho e compreensão. Obrigado por tudo, vocês são minha razão do meu viver.

Elizabeth Felberk Damasceno Alves.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que iluminou o meu caminho, me deu força e determinação para superar cada obstáculo nesta jornada. Minha formação não seria possível sem a minha mãe Marly de Souza Lima e meu pai Valmir Oliveira da Silva, que sempre me apoiaram e me forneceram condições para que eu jamais desistisse dos meus estudos, arcando com todas as despesas necessárias para realizar este sonho. Ao meu grande amor Gustavo Melhorim Costa que esteve sempre me dando forças para continuar minha trajetória. A prof^a de Educação Infantil, Líliam Carla Azevedo Fehlberg que com muita paciência me mostrou o que significa amar sua profissão, declaro que foi a melhor experiência já vivenciada por mim e sentirei saudades de todos os momentos, nos dois anos de estágios em sua sala de aula encontrei inspiração, procuro sempre me espelhar em você.

Monike Lima Silva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força, pelo estímulo nesta longa caminhada, ao meu pai Analfin, minha mãe Jecimar pelo apoio em todos os momentos.

Aliny de Araujo.

Em meio a tantas lutas e obstáculos, cheguei ao final do curso, mais não por meus próprios méritos e sim por meu Deus que sempre operou maravilhas em minha vida, tanto no querer quanto no realizar, ao meu esposo Wallace pela dedicação, amor, compreensão, por ter acreditado em mim, quando eu mesmo duvidei da minha capacidade, aos meus filhos Victória e Victor que mesmo sentindo a minha falta sempre me apoiaram. A eles a minha gratidão, amor e ternura.

Elizabeth felberk Damasceno Alves.

Agradeço aos meus familiares que torceram por mim e me ajudaram. Ao meu amigo Maiki Monjardim que pegou no meu pé para que não deixasse de fazer estágios supervisionados. As professoras do colégio onde fiz estágio, que me deram oportunidade de conhecer trabalhos brilhantes. Aos professores que passaram por minha vida acadêmica, serei eternamente grata por cada ensinamento. Meu profundo agradecimento as minhas parceiras desta monografia, Elizabeth Felberk e Aliny de Araújo, aos trancos e barrancos conseguimos finalizar, mas sem a ajuda de vocês eu nada seria. As minhas colegas de sala, que me suportaram durante todo esse tempo. A orientadora deste trabalho Ana Cristina, que muito nos ajudou mostrando o melhor caminho, visando nossa aprovação. Gostaria de agradecer também a Aliny de Araújo, que esteve sempre presente desde o primeiro dia de aula, compartilhando todos os sentimentos. É de coração que agradeço a todos vocês!

Monike Lima Silva.

“Aos poucos ela [a criança surda] nota que a face é a fonte luminosa de comunicação, em todas as suas expressões. Seus olhos então procuram sempre “ouvir” pela expressão como as pessoas estão se comunicando ou se expressando. Através dos movimentos dos lábios e as expressões que ela elabora uma leitura, em princípio instintiva, de palavras- chave que lhe fornecem, embora de forma vaga, pistas para a compreensão dos assuntos que estão sendo discutidos, ou o que se espera dela”.

Shirley Vilhalva

RESUMO

As pessoas com necessidades educacionais especiais adquiriram por lei o direito de frequentar uma instituição escolar com ensino adequado e recursos necessários para que o aprendizado aconteça de forma satisfatória, onde possam socializar e interagir com outros alunos. Esse processo é chamado de inclusão, ato ou efeito de incluir. Dentre essas pessoas estão os alunos surdos, que tem como principal meio de comunicação a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, reconhecida constitucionalmente pela Lei 10.436/2002. Esse aluno surdo é foco do presente estudo, pois tem como objetivo mostrar a importância de contar histórias para crianças surdas em classe de ensino regular no contexto da Educação Infantil, e entender como está sendo desenvolvido e aperfeiçoado esse trabalho na escola. Nosso universo de estudo é o CMEI da rede municipal. Os profissionais abordados para a pesquisa são aqueles que lidam diretamente com o aluno surdo, por meio de observações e aplicabilidade de questionário. A intenção foi inferir quais as problemáticas enfrentadas por eles no processo de inclusão. Dessa forma no decorrer do nosso trabalho abordaremos um pouco sobre práticas pedagógicas, pois é uma ação de extrema importância que possibilita ao professor desenvolver um ótimo trabalho, contribuindo para o aprendizado do aluno. Por trata-se de um sujeito, levando em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades, optamos por uma investigação bibliográfica e de abordagem qualitativa. Diante do estudo realizado, entendemos que a educação deva ser igualitária no direito à diferença, garantindo o acesso e a permanência de crianças, neste caso, surdas, nas escolas e que sua aprendizagem de fato se efetive de forma prazerosa, compactuando para um ambiente de grandes realizações.

Palavras-Chave: Surdo, Inclusão, Escola.

ABSTRACT

People with special educational needs acquired by law the right to attend a school institution with adequate education and resources necessary to make learning happen in a satisfactory manner where they can socialize and interact with other students. This process is called inclusion, act or effect to include. Among these people are deaf students, whose have as the main means of communication the Brazilian Sign Language-LIBRAS constitutionally recognized by Law 10.436 / 2002. This deaf student is the focus of this study, because it aims to show the importance of storytelling for deaf children in regular education class in the context of early childhood education, and understand how it is being developed and refined this work in school. Our universe of study is the CMEI the municipal system. The professionals approached for the research are those that deal directly with the deaf student, through observations and applicability questionnaire. The intention was to infer the problems faced by them in the inclusion process. Thus in the course of our work we discuss a little about teaching practices, it is an act of utmost importance that enables the teacher to develop a great job, contributing to the learning of the student. Because it is a subject, taking into account their subjective traits and their particularities, we chose a bibliographic research and qualitative approach. By the study accomplished, we believe that education should be equal in the right to difference, ensuring access and permanence of children, in this case, deaf, in schools and their actual learning becomes effective in a pleasant way, convenanting for na environment of great achievements.

Keywords: Deaf, Inclusion, School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I.....	15
BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL COM ENFOQUE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	15
1.1. Educação Inclusiva: reflexões pertinentes	17
1.2. Literatura Infantil e a contação de histórias para crianças com surdez..	20
CAPÍTULO II.....	22
A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: perspectivas práticas para o processo de ensino e aprendizagem	22
2.1. Aspectos Legais sobre o ensino e uso da LIBRAS	27
2.2 O intérprete de LIBRAS	30
CAPÍTULO III	32
AÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA.....	32
3.1. Pesquisa de Campo: CEMEI	33
3.2. Dados da Instituição.....	34
3.3. Metodologia.....	35
3.4. Procedimentos para Coletas de Dados.....	35
3.5. Resultados Obtidos	36
3.6. Análise dos dados.....	39
3.6.1 Descrição das respostas.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	46
ANEXOS	48
ANEXO I	49
LEI Nº10. 436/2002.....	49
LEI 12.319/2010.....	49
APÊNDICES	52

INTRODUÇÃO

Acreditamos que a Educação Infantil nos envolve, por tratar de seres tão pequenos e que merecem e exigem um olhar minucioso por parte dos adultos. Falar sobre os pequenos nos enche os olhos de admiração, esta é uma fase de grande aprendizado e exige total compromisso de nós, educadores.

A Educação Infantil é uma etapa onde as crianças têm o primeiro contato com a escola, com as rotinas diárias de atividades e interação com outras crianças e adultos. As dificuldades de encontrar materiais disponíveis para a realização de atividades e profissionais qualificados para atuar nessa área, nos motivou e aguçou nosso interesse sobre como contar histórias para crianças surdas, assegurando-lhes condições plenas de participação junto às demais crianças ouvintes e assim, poderem aprender.

Acreditamos que no ensino regular, temos diversas crianças com necessidades educacionais especiais. Dentre elas, crianças com altas habilidades superdotação, transtornos globais do desenvolvimento, surdocegueira deficiência intelectual, deficiência física, baixa visão, cegueira e a surdez. Sabemos que, para a aprendizagem ocorrer de fato, com elas, é necessário que o educador disponha de recursos, comprometimento e práticas pedagógicas voltadas para o público a ser atendido. As crianças são facilmente envolvidas através do lúdico, e isso faz com que o ato de ensinar e aprender sejam ainda mais prazerosos para ambos os lados. No entanto, nem todas as crianças aprendem da mesma forma, pensando nisso é preciso destacar a criança com necessidades educacionais especiais, pois algumas atividades as impossibilitam de participar, porém, é preciso promover a inclusão de forma com que ela também exerça o seu direito de aprender como todas as outras.

A igualdade, entretanto, nos leva à compreensão de que é preciso haver oferta de instrumentos ou recursos necessários com o propósito de suprir toda e qualquer necessidade encontrada dentro do ambiente escolar por essas crianças garantindo, assim, a educação de forma igualitária, disponibilizando a todas as oportunidades e as possibilitando de conquistar um futuro diferente, quebrando as barreiras sociais e culturais.

Direcionamos então a nossa pesquisa para crianças surdas, pois, ainda hoje, é possível perceber o olhar de indiferença, preconceito, discriminação, com que são tratadas as pessoas que não compõem o padrão de normalidade, contrariando o que está prescrito na Constituição da República Federativa do Brasil, onde se lê no Art.5º que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. (Brasil, 1988)

Buscamos conhecimento e aprendizado numa área que vem sendo tão explorada e que é de vital importância para a criança na educação infantil, que é o ato de contar histórias. Atualmente existem cursos, oficinas e muitos preparos para exercer essa prática, porém, quase não se fala em contar histórias para crianças de uma forma diferenciada, isto é, com o uso das mãos.

Neste sentido, o tema em questão deste trabalho é a contação de histórias para crianças surdas, já que a educação inclusiva está sendo um dos assuntos em destaque na área da educação, na qual o docente precisa se adequar as necessidades de cada um, tendo competência e habilidades na realização das atividades. Esses mesmos profissionais devem acreditar no potencial e desempenho dessas crianças, pois sabemos que embora a surdez dificulte a comunicação num contexto de maioria ouvinte, isso não impossibilita as pessoas surdas de se comunicar, conviver e interagir com outras pessoas. Por isso, nosso trabalho será realizado numa escola de ensino regular localizada na Serra, onde nos propusemos a conhecer e estudar as práticas utilizadas pelos profissionais da educação com estas crianças.

Este tema nos atrai porque, quando falamos em contação de histórias, logo pensamos em reunir um grupo de crianças e começar a ler a literatura escolhida. Observamos, assim, que a leitura já está inserida na vida delas mesmo antes de serem alfabetizadas.

Contudo, as crianças precisam ser incentivadas quanto ao hábito de ler para que seja aguçado nela o prazer pela leitura, pois, através desse ato, os pequeninos estimulam o cérebro a pensar e raciocinar com lógica, bem como a criatividade, a autoestima, o conhecimento, as fantasias, de maneira a levá-los a interpretação e identificação de sua própria identidade e o mundo que os

cerca. Sendo assim, é de grande importância o profissionalismo daqueles que estarão encarregados de realizar o papel de educador, conquistando as crianças para se tornarem futuros leitores.

Os seres humanos, desde o momento em que nascem, buscam se comunicar com os outros, como uma forma de interação, seja pelo toque, pelo choro, pela fala, entre outras. De acordo com Perles (2007), historicamente a comunicação sempre foi um fator de importância, os homens das cavernas se comunicavam através de gritos e grunhidos e por meio de pinturas nas paredes mostravam as experiências vivenciadas por eles. Com o passar do tempo foram surgindo muitas outras formas de comunicação aproximando cada vez mais as pessoas. Os sinais de fumaça são exemplos de comunicação utilizados pelos índios americanos há muito tempo atrás como forma de mandar mensagens para quem estava distante. Com esse mesmo objetivo, foi criado também o telégrafo, transmitindo mensagens eletromagnéticas e para isso, foi criado o código Morse. Ou seja:

A comunicação humana é essencialmente diferente e supera a toda outra forma de comunicação conhecida. Todos os seres humanos nascem com mecanismos da linguagem específicos das espécies, e todos desenvolvem normalmente, independente de qualquer fator racial, social ou cultural (SANCHEZ. 1990 p.17).

Com a inovação do rádio, televisão e telefone o poder da comunicação se tornou ainda mais forte e evidente. Após muitas transformações pudemos ter o privilégio de, atualmente, termos o auxílio da internet que nos leva a comunicação até mesmo com pessoas do outro lado do planeta podendo conversar, digitar e, até mesmo, visualizar quem lá está. O computador com o auxílio da internet também promove grande aprendizado, podendo, além da comunicação, ter uma variedade de ferramentas que podem auxiliar a educação de maneira geral.

Tais transformações podem abranger a todos, inclusive pessoas com necessidades educacionais especiais onde, através do avanço tecnológico, podem ter acesso à comunicação e seus desdobramentos.

É o caso das pessoas surdas que, graças à tecnologia acessível, podem ter o direito da igualdade na diferença aprendendo não só a sua língua materna de sinais, Libras, mas também a Língua Portuguesa, participando ativamente no meio sociocultural e reservado a elas seus direitos. Incluso o ato de poder ouvir histórias na educação infantil, algo muito comum para as crianças que estão nesta fase, porém, não para crianças que tem suas limitações e que precisam de outros métodos e recursos para a efetivação desta atividade pedagógica. Ou seja, tradutor intérprete em LIBRAS, jogos, alfabeto, música, dentre outros materiais que possibilitam um melhor rendimento acadêmico deste aluno.

Sabe-se que a atividade de contar histórias no contexto da educação infantil é muito comum. No entanto, com a evidência da inclusão e a chegada de pessoas surdas, as práticas hegemônicas permanecem, mesmo sabendo-se que é preciso respeitar a condição desse novo alunado na escola. É quando surge a nossa questão de pesquisa: **Quais práticas pedagógicas devem ser utilizadas na contação de histórias para crianças surdas?**

Para alcançarmos esta questão, temos como **objetivo geral** conhecer práticas pedagógicas voltadas à contação de histórias em classes com alunos surdos e ouvintes no contexto da Educação Infantil. E como **objetivos específicos (I)** conhecer brevemente a história da educação de surdos no Brasil; **(II)** Verificar a importância da Língua Brasileira de Sinais na comunicação e no desenvolvimento do sujeito com surdez **(III)** Mostrar a necessidade de uma ação pedagógica voltada para o trato do indivíduo surdo.

Com os objetivos definidos, buscamos na fundamentação teórica os subsídios para entendermos como o processo da contar histórias para crianças surdas ocorre. Para tanto, o trabalho está constituído em três capítulos onde abordaremos temáticas acerca do tema proposto.

Sendo que no capítulo um falaremos um pouco sobre a história da educação do surdo, que passou a ser reconhecida a partir da década de 50, quando foi

implantado no estado do Rio de Janeiro o Instituto Nacional de Educação de Surdos, fundado pelo professor francês surdo Hernest Huet, que veio a pedido de D. Pedro II para atuar na educação para surdos.

No capítulo dois destacaremos a Língua Brasileira de Sinais que é a língua materna do surdo, a libras é utilizada pela sociedade surda em sua comunicação, já que vivemos em uma sociedade letrada, esse indivíduo precisa de sua língua materna para comunicar-se fluentemente com outras pessoas, propiciando a ele uma interação, um desenvolvimento tanto linguístico quanto cognitivo, dando a criança surda, especificamente, uma visão e compreensão do mundo em que vive ajudando, assim, seu aprendizado.

No capítulo três abordaremos a necessidade de uma ação pedagógica voltada para o indivíduo surdo, mostrando sua importância na alfabetização, no desenvolvimento da capacidade criativa e cognitiva, no psicológico, na formação social e cultural desse sujeito.

CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL COM ENFOQUE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

A história da educação para surdos no Brasil passou a ser reconhecida a partir da década de 50, quando foi implantado no estado do Rio de Janeiro o Instituto Nacional de Educação de Surdos, fundado pelo professor francês surdo Ernest Huet, que veio a pedido de D. Pedro II para atuar na educação para surdos. Logo no início o método utilizado pelo professor francês foi à linguagem escrita, articulada e falada. É importante ressaltar que naquela época os professores regentes eram comuns, não havia especialistas. Desta maneira a comunidade surda vem ganhando seu espaço na sociedade até os dias atuais.

Apesar de o oralismo ser um meio de comunicação, os surdos se empenharam a buscar outras possibilidades de se comunicarem, como por exemplo, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), criada e instituída no Brasil a partir da Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Como forma de viverem sua cultura se organizaram em comunidades. As comunidades surdas são lugares onde há uma convivência intensa de surdos onde trocam experiências, praticam esportes e fortalecem sua identidade.

Neste sentido, Widell (1992, p. 21), afirma:

(...) é graças à socialização terciária na associação dos surdos-mudos que a comunidade surda aprendeu a ascender socialmente no emprego. Era na associação que as soluções para problemas como afrontas, sindicatos, operários, etc., eram discutidos.

De acordo com estudos em sala de aula, no final do século XV, não existia escola para surdos, os mesmos eram ensinados em casa por pessoas ouvintes. Alguns séculos a frente houve interesse de alguns professores em relação à educação de surdos. Destacando-se entre eles, Ivan Pablo Bonet (Espanha), Abbé Charles Michel de L'Epée (França), Samuel Heinicke e Moritz

Hill (Alemanha), Alexandre Gran Bell (Canadá e EUA)- Ovide Decroly (Bélgica). Esses educadores discordavam quanto aos métodos a serem utilizados quanto ao ensino dos surdos. Uns acreditam que o método ideal para o aprendizado dos surdos era a língua falada (método oral), já outros acreditavam que deveria utilizar a língua de sinais (método combinado).

Conforme nossas pesquisas, no século XX, o governo ampliou o número de escolas para surdos em todo o mundo. No Brasil, foi construído o Instituto Santa Terezinha para meninas surdas (SP), a Escola Concórdia (Porto Alegre - RS), a Escola de Surdos de Vitória/ES, o Centro de Audição e Linguagem "Ludovico Pavoni" - CEAL/LP - em Brasília-DF e várias outras instituições que, assim como INES e a maioria das escolas de surdos do mundo, passaram a adotar o Método Oral, e o ensino das crianças com necessidades especiais passou a ser coordenado pelas secretárias Estaduais e Municipais de Educação, surgindo assim, as salas de Recursos e os CAEDAs (Centro de Atendimento Especializado para alunos com Deficiência Auditiva para surdos).

É notório o enfrentamento de dificuldades ainda encontrado na educação de alunos surdos no Brasil, tanto no que diz respeito ao profissional, quanto às pessoas surdas que merecem melhores condições de aprendizado, de envolver-se.

É primordial ressaltar que houve influência quanto às metodologias na Educação de Surdos no Brasil, inúmeras escolas contam com salas de recursos, ou seja, espaços educacionais para surdos dentro de escolas de ensino regular, garantindo uma educação de qualidade, uma educação inclusiva.

Historicamente, segundo SOARES,

A educação do surdo voltou-se mais ao desenvolvimento da comunicação do que à transmissão de conhecimentos, situando-se no âmbito da caridade e filantropia, desvinculada da educação como direito de liberdade e igualdade. Manteve assim o estereótipo da incapacidade de aprender por não ouvir, (SOARES, 1999, p.48).

Os resultados obtidos com crianças surdas visando a comunicação oral se deu por meio de filosofias, desta forma a maioria apresentou um bom rendimento escolar, já as demais crianças apontaram algumas dificuldades quanto a perda auditiva profunda ou até mesmo por questões familiares, dificultando o aproveitamento do conhecimento escolar.

1.1. Educação Inclusiva: reflexões pertinentes

Em relação ao tratamento das pessoas com deficiência, pode se observar certo avanço, onde melhorias e preocupações fizeram com que, atualmente, o portador de deficiência seja visto como um cidadão dotado de direitos e deveres.

Em estudos feitos sobre a idade média, o deficiente era excluído da sociedade e perseguido. Quando se notava que o bebê havia nascido com algum tipo de anormalidade ou fora do padrão, era descartado esse ser como se não fosse uma vida que valesse a pena. No século XVII, as pessoas com deficiência eram exiladas, retiradas da sociedade e colocadas em calabouços, asilos, hospitais, muitas vezes, eram maltratados, sem receber carinho, nenhum tipo de educação, não participavam do meio social e não interagiam com outras pessoas. Passado alguns séculos, esse conceito foi renovado, finalmente, o deficiente passou a ser entendido como um ser humano provido de normas a seu favor e normas a seguir.

Hoje existem muitas leis e decretos que estão a favor das pessoas com necessidades educativas especiais, e regulamentam muitos direitos designados a mudar a vida do sujeito deficiente, porém, nem tudo que é especulado no papel, é feito de fato na vida real. No nosso entendimento ainda não se vê a capacitação necessária para que saibamos agir com esses indivíduos de forma positiva, fazendo-os sentir-se parte da sociedade, pois é o que eles verdadeiramente são. A esse entendimento Mantoan nos lembra que,

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos (Mantoan, 2003, pg. 12).

Neste sentido, o maior desafio do docente em sala de aula é lidar com a diversidade, pois muitos têm medo ou até mesmo se sentem despreparados, para trabalhar com a diferença. Sabe-se que a formação dos professores no que se refere à inclusão ainda é insuficiente, pois necessitamos fazer adaptações neste meio para que o aluno com necessidades educativas especiais tenham acessibilidade, pois sem ela não há inclusão.

Inclusão é ter o privilégio, a capacidade de entender e reconhecer em outro ser humano, suas reais qualidades e suas contribuições para um mundo sem discriminações, um olhar diferenciado em busca de uma sociedade mais consciente e justa, pois a convivência entre pessoas diferentes traz um grande benefício para todos. Assim, quebrando o preconceito, admite que, apesar de algumas limitações, os indivíduos com NEE devem ser respeitados. E uma das maiores forma de respeito, é garantir que tenham uma escola adequada para recebê-los; não uma escola que encha a cabeça dos alunos com data, fórmulas, conceitos justapostos, fragmentados, mas uma escola que trabalhe a supervalorização, ética, se tornando um ambiente estimulador que ofereça o melhor no processo educativo a todos que nele está inserido. Ou seja:

Uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando consegue: aproximar os alunos entre si; tratar as disciplinas como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam; e ter como parceiras as famílias e a comunidade na elaboração e no cumprimento do projeto escolar (Mantoan 2003, p.34).

A esse ponto aproximado ao foco do nosso trabalho que são as pessoas surdas, é preciso assegurar-las o acesso à comunicação mediante a sua língua materna “LIBRAS”.

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS passou a ser uma porta onde abre caminhos para que o mesmo se sinta respeitado, acolhido pelas pessoas no meio em que vive. É preciso acolher e manter a permanência desta criança no ambiente escolar desde pequeno, pois é necessário enfatizar a importância de lidar com a diferença do outro para, desta maneira, sensibilizar a sociedade quanto ao acolhimento do aluno surdo no ambiente educacional.

Vimos ao longo deste trabalho aspectos legais da inclusão dos surdos no âmbito educacional, um sistema organizado, e amparado pela legislação, mas que, infelizmente, nos mostra outra realidade. Os professores precisam buscar se especializar, conhecer esta língua tão importante para que todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem se sensibilizem com relação à inclusão, pois:

“De um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem” (SILVA e RETONDO, 2008, p. 28).

É notória a preocupação do governo brasileiro para com a educação das crianças com necessidades educativas especiais, sendo assim, inseri-las no âmbito educacional de ensino regular para que o mesmo se sinta acolhido pela sociedade é fundamental. A declaração de Salamanca coloca que,

(...) a expressão necessidades educacionais especiais refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se terão que incluir crianças com deficiências ou superdotados, crianças de rua ou crianças relacionam a

deficiências ou dificuldades escolares. (...) Neste conceito que trabalham crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, etnias ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavoráveis ou marginais (ESPANHA, 1994, p.15).

Apesar da lentidão, o Brasil está caminhando de forma considerável para oferecer um atendimento especializado aos alunos com deficiência. Para isso, é preciso muitas mudanças, adaptações físicas no ambiente escolar onde esse aluno será inserido, além de recursos metodológicos para que esse processo aconteça positivamente, atingindo o objetivo proposto “Inclusão”. Assim,

O objetivo principal da inclusão é de não permitir que alguém fique fora das escolas regulares desde a educação infantil, ou seja, almeja-se matricular todas as crianças nestas. O que acaba desafiando as escolas a possuírem um ensino de qualidade e a criarem uma pedagogia centrada nos alunos com o ideal de educar a todos, inclusive os deficientes (JESUS, 2009, p.16).

Dessa forma é importante declarar que para ter uma escola inclusiva é preciso a interação, preparação, sensibilização, e conscientização de todos principalmente da equipe pedagógica, fazendo as devidas modificações, para oferecer uma educação adequada a todos os alunos sem exceção, diminuindo o insucesso escolar, oferecendo um ambiente que ensina a ética e o respeito, sendo totalmente contrária a exclusão.

1.2. Literatura Infantil e a contação de histórias para crianças com surdez.

Sabe-se que, atualmente, as histórias deixaram de ter apenas o objetivo de divertimento e distração. O professor da educação infantil conhece a importância de contar histórias na alfabetização, pois auxilia na formação de caráter, no desenvolvimento da capacidade criativa e cognitiva, na cultura, e está sempre inovando para que cada vez mais seus alunos criem gosto pela leitura e cresçam leitores assíduos. Para isso, é preciso despertar o interesse e

se reinventar, se atualizar, para fazer com que a leitura seja compreendida por todos.

O ato de contar histórias não é tarefa fácil, é preciso saber realmente a tonalidade em que se deve pronunciar em que momento se deve dar suspense, para que a história fique mais gostosa para quem está do outro lado. Diante disso, é importante destacar que o ato de contar história é essencial também na aquisição da linguagem de pessoas surdas. Porém ainda hoje em pleno século XXI encontram-se poucas histórias adaptadas para esta língua.

É interessante expor que o surdo não deve ser considerado como deficiente, pois, ele é diferente do ouvinte por ter sua língua materna diferenciada, esta por sua vez é chamada de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), onde ele utiliza além de sua língua como também a língua portuguesa, tornando-se assim bilíngue.

Portanto, a pessoa surda pode se comunicar, contar histórias, piadas, fazer palestras e etc. não apenas com pessoas surdas, mas também com ouvintes. Sendo assim, torna-se evidente que a literatura na alfabetização de crianças surdas é tão importante quando para aquelas que ouvem.

O surdo assim como o ouvinte é capaz de fazer quase tudo, limitando-se apenas a audição, inclusive emitir sons, hoje não se refere ao surdo como surdo-mudo, visto que é comprovado que esta pessoa não fala, porque sofreu perda parcial ou total da audição, portanto, sua fala não está comprometida, só não é exercitada.

CAPÍTULO II

A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: perspectivas práticas para o processo de ensino e aprendizagem

Ao contrário do que muitos pensam a língua brasileira de sinais não é universal, não é gesto, não é mímica, esses são falsos conceitos pré-estabelecidos por muitos, quando, na verdade, é uma língua com estrutura gramatical própria, complexa e autônoma, é um sistema linguístico legítimo e natural de transmissão de ideias e de fatos, com regras fonológicas, morfológicas, semânticas e sintáticas (GESSER, 2009).

Ou seja, como não temos uma única língua oral, também não existe apenas uma língua brasileira de sinais. Cada país tem sua própria língua e a LIBRAS é utilizada pela sociedade surda em sua comunicação. Já que vivemos em uma sociedade letrada, esse indivíduo precisa de sua língua materna para comunicar-se fluentemente com outras pessoas, propiciando a ele uma interação, um desenvolvimento tanto linguístico quanto cognitivo, dando a criança surda, especificamente, uma visão e compreensão do mundo em que vive ajudando, assim, seu aprendizado. Isso porque,

A língua de sinais, como já vimos, tem uma gramática própria e se apresenta estruturada em todos os níveis, como as línguas orais: fonológico, morfológico, sintático, e semântico. Além disso, podemos encontrar nela outras características: a produtividade/criatividade, a flexibilidade, a descontinuidade e a arbitrariedade (GESSER, 2009, p.27).

A produtividade/criatividade refere-se à possibilidade de ser utilizada na formação de novas palavras, a partir das regras de cada língua; a flexibilidade tem a facilidade de mudar, podendo nos referir ao passado, presente e futuro; já na descontinuidade suas diferenças são mínimas, podendo sofrer mudança no significado se houver alterações no parâmetro; quanto à arbitrariedade, ela

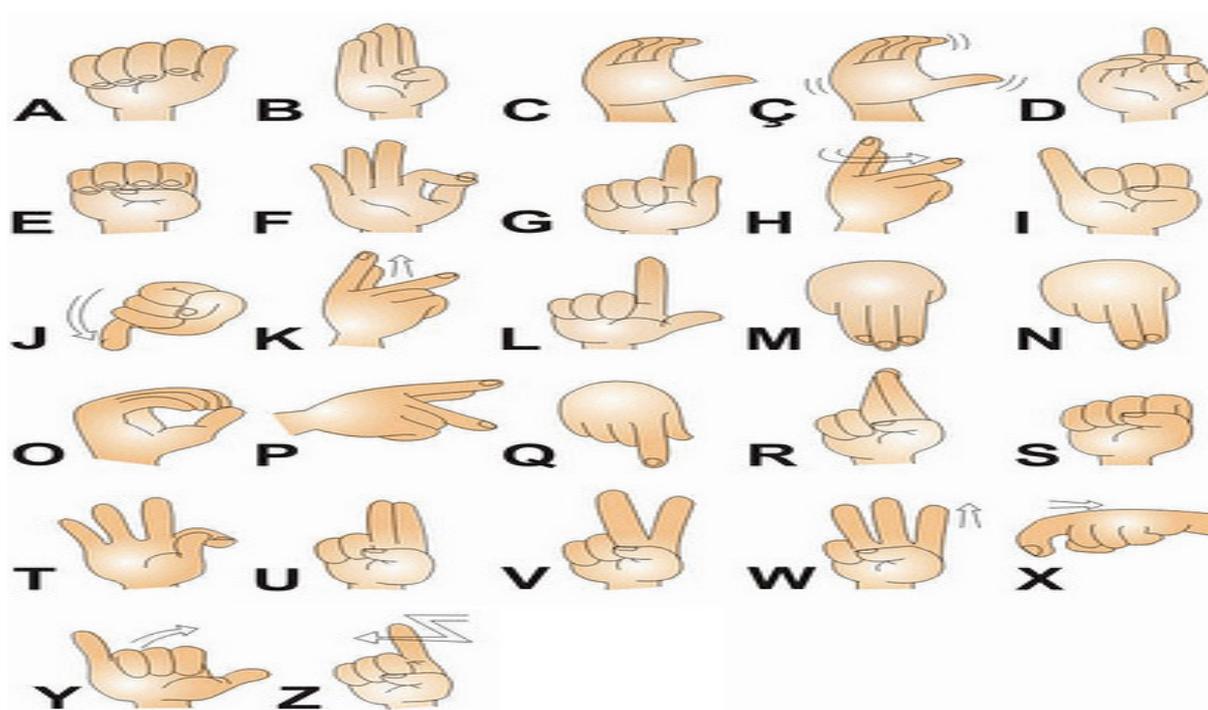
não é regida por regras específicas, pois não é possível entender o significado de uma palavra, por sua forma ou representação linguística (GESSER, 2009).

Por outro lado, temos o alfabeto manual que é muito importante facilitando a interação entre o usuário de libras, pois é utilizado para soletrar nomes próprios de pessoas, lugares, siglas, sinais de pontuação e alguns vocabulários que não existem sinais em libras, esse recurso chamamos de datilologia (GESSER, 2009).

Além disso, os usuários de língua de sinais fazem, em algumas situações, empréstimos da grafia da língua oral, recorrendo à datilologia para realizar sinais de pontuação (tais como, vírgulas, ponto final, ponto de interrogação, sinais matemáticos etc.) que, na maioria das vezes, são desenhados no ar. O mesmo pode ocorrer com as preposições ou as classes de palavras (GESSER, 2009.p.30).

No Brasil esse alfabeto é composto por vinte e sete letras, contando o “Ç”, que é a configuração de mão em formato de letra “C” com movimento trêmulo.

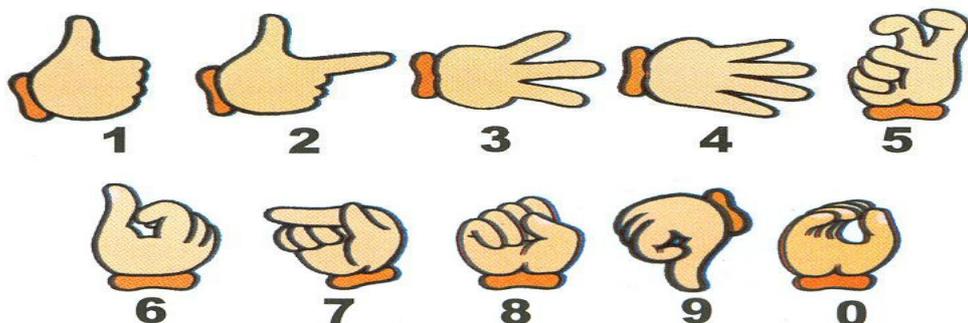
Vejam as expressões abaixo:



<http://oficinadelibras.blogspot.com.br/2014/03/atividades-com-o-alfabeto-em-libras.html>

Números em libras: São usados para representar através da datilologia, números de telefones, números residenciais, dia, mês, ano, horas, entre outros.

Vejam as representações abaixo:



<http://eugeni>

afernandespedagoga.blogspot.com.br/2012/11/numeros-em-libras.html

A língua de sinais também é constituída por cinco parâmetros, que são: configuração de mãos, ponto de articulação, movimento, orientação, expressão facial ou corporal. A seguir, mostraremos cada um com suas respectivas formas.

a). Configuração das mãos é a forma da mão, que pode ser do alfabeto manual, ou outras formas.



<http://curso>

delibrasextensao.blogspot.com.br/2011/03/tabela-de-configuracoes-de-mao-da.html

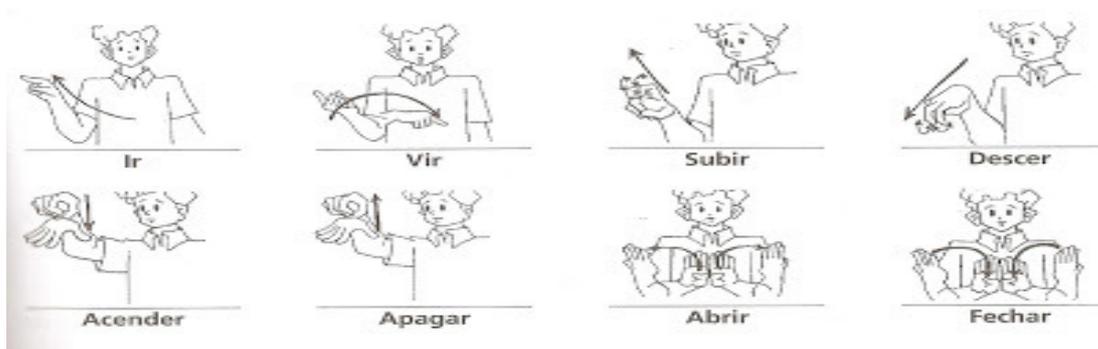
b) Ponto de articulação: é o lugar onde se localiza a mão configurada, podendo tocar uma parte do seu corpo ou estar em um espaço neutro.



c) Movimento: os sinais podem ter movimentos ou não.



d) Orientação: os sinais podem ter uma direção e seu inverso poderá ter significado contrário.



htt

[p://marinainterprete.blogspot.com.br/2012/07/configuracoes-de-maos.html](http://marinainterprete.blogspot.com.br/2012/07/configuracoes-de-maos.html)

e) Expressão facial e/ou corporal, seu diferenciador é a expressão da face.



<http://lib>

rasitz.blogspot.com.br/2010/07/os-cinco-parametros.html

Já os movimentos segundo GESSER, (2009), nos levam a entender que:

As mãos não são o único veículo usado nas línguas de sinais para produzir informação linguística. Os surdos fazem uso extensivo dos marcadores não manuais. Diferentes dos traços para linguísticos das línguas orais (entonação, velocidade, ritmo, sotaque, expressões

faciais, hesitações, entre outros), nas línguas de sinais, as expressões faciais (movimento de cabeça, olhos, boca, sobrancelhas etc.) são elementos gramaticais que compõe a estrutura da língua; por exemplo, na marcação de formas sintáticas e atuação como componentes lexical (GESSER, 2009 p.17)

Ficando claro que a língua brasileira de sinais é entendida como língua materna do surdo, é imprescindível relatar que ela é necessária para o desenvolvimento psicossocial e intelectual desse indivíduo. Partindo do pressuposto que todos têm direito à educação, a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. art. 1º vem garantindo que “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”.

E para um melhor entendimento quanto à língua brasileira o parágrafo único da Lei 10.436/2002 afirma que,

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Compreendemos então que com o objetivo de facilitar a integração do aluno surdo dentro da instituição escolar, é preciso conceber a ele o direito de se comunicar através da Libras, procurando adequar-se metodologicamente para que ele não se sinta inferior aos ouvintes.

2.1. Aspectos Legais sobre o ensino e uso da LIBRAS

A Constituição Brasileira declara em seu art. 208 “O atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular

de ensino”. A lei ampara os surdos em muitos aspectos, mas ainda assim é preciso lutar pelos seus direitos que são garantidos, mas que ainda são falhos.

A Lei 10.436/02 reconhece LIBRAS como segunda língua oficial do território brasileiro que, por sua vez, faz com que o surdo interaja no meio em que vive. Entretanto, poucas pessoas têm o conhecimento e domínio de Libras, e na maioria das escolas faltam profissionais qualificados para receber crianças surdas em suas turmas.

Quanto ao uso da LIBRAS, a Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002 dispõe:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

Portanto é garantido por Lei que o surdo é dotado de direitos e que a LIBRAS é então reconhecida como segunda língua do Brasil. Além disso, o surdo deve ser incluído em todos os níveis de educação, e deve haver pessoas especializadas para recebê-los.

Dito isso, seria interessante começar a pensar no surdo não como alguém deficiente, mas como alguém diferente, com uma língua diferente, alguém capaz como qualquer outro que precisa de oportunidade e de recursos a seu favor.

A comunicação humana é essencialmente diferente e superar a toda outra forma de comunicação conhecida. Todos os seres humanos nascem com mecanismos da linguagem específicos das espécies, e todos desenvolvem normalmente, independente de qualquer fato racial, social ou cultural. (Sanchez. 1990, p.17)

Há um número demasiado de pessoas que acreditam que a língua de sinais (LIBRAS) são apenas gestos que auxiliam na interpretação da língua oral. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) expressa ideias de todo gênero, desta forma possibilitando meios para que os surdos discutam variados assuntos, por exemplo, política, literatura, filosofia além de propiciar momentos de lazer, praticando esportes, trabalhando, entre muitos outros temas. Silva (2001, p. 94), afirma que o “uso da LIBRAS se constitui numa atividade intelectual e linguística, encaminhando o surdo para ser capaz de escolher e decidir”.

Assim como toda língua, a língua de sinais só tem a acrescentar em seu vocabulário, inovando e incorporando novos sinais pelos próprios surdos. Desta maneira surgem novos sinais, desde que seja aceito pela comunidade surda é utilizado por todos. Sabe-se que a estrutura de Libras é estruturada a partir de parâmetros que se combinam; esses parâmetros são, conforme (Ferreira-Brito,1995, apud BERNARDINO, 2000, p. 84),

- Configuração das mãos (CM), que seriam as diversas formas de uma ou as duas mãos tomam na realização do sinal;

- Movimento (M), que, segundo Klima e Bellugi (1979), é um parâmetro tão complexo que pode envolver uma

grande quantidade de formas e direções, desde os movimentos internos da mão, os movimentos do pulso, movimentos direcionais no espaço e até conjuntos de movimentos no mesmo sinal;

- Ponto de Articulação (PA), que seria o espaço diante do corpo, ou uma região do próprio corpo, onde os sinais são articulados.

É considerado de extrema importância a expressão facial e o movimento do corpo, sendo que Ferreira-Brito (1995, p. 96), diz que “há a possibilidade de que esses sejam outros parâmetros, dada a sua importância para diferenciar significados”.

Conforme comentamos anteriormente, é importante saber que não existe somente uma única língua de sinais, assim como no Brasil, em muitos outros países existem suas próprias línguas de sinais, como: Língua de Sinais Francesa, Chilena, Portuguesa, Americana, Argentina, Venezuelana, Peruana, Inglesa, Italiana, Japonesa, Chilena, Uruguaia, Russa, Urubus-Kaapor, etc.

2.2 O intérprete de LIBRAS

O intérprete de libras é o profissional que deve ser preparado e qualificado para exercer a profissão de tradutor, tendo total domínio tanto da língua portuguesa, ou de seu país de origem, quanto da língua brasileira de sinais. Portanto, hoje, já existem cursos de nível técnico e acadêmico para formação de intérpretes. Só assim estarão aptos para desempenharem essa função que, além de ser muito importante, estarão totalmente envolvidos na interação comunicativa de alguém, permitindo, assim, a compreensão dos indivíduos que necessitarem dessa ajuda ou intervenção, já que nem todos os surdos fazem leitura labial. Isso possibilita a participação do surdo na vida social e cultural da comunidade ouvinte, exercendo um papel vital na elevação do status do surdo, pois deverá traduzir a língua falada para a sinalizada e vice versa.

Segundo QUADROS (2004), o profissional intérprete é aquele que possibilita a comunicação entre indivíduos que não utilizam a mesma língua, fazendo uma interpretação de forma clara e precisa.

Isso nos mostra que o ato de interpretar envolve processos altamente complexos, sendo assim, não é possível que qualquer pessoa desenvolva esse trabalho como eram realizados antigamente por parentes e amigos do indivíduo surdo. A regulamentação de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais-LIBRAS ocorreu por meio da Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010 que diz o seguinte:

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Portanto, além de ser muito importante, o intérprete funciona como interlocutor envolvido no processo de comunicação, podendo influenciar no resultado da tradução. E essa Lei acima citada vem regulamentar a profissão de tradutor/intérprete, proporcionando qualidade na comunicação entre os surdos e ouvintes.

CAPÍTULO III

AÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA

A prática pedagógica é de extrema importância, pois, possibilita ao professor vivenciar em sala de aula diferentes teorias estudadas ao longo da graduação, desta forma pôr em prática tudo o que aprendeu, assimilando melhor a realidade dos discentes em sala de aula. Assim, o professor irá desenvolver melhor suas habilidades, buscando novas metodologias que contribuam para que os alunos tenham um melhor aprendizado e também se familiarizem com os aspectos burocráticos do trabalho docente (planejamentos, planos de aula, PPP, etc.).

Devemos nos atentar para com os objetivos que irão guiar as práticas pedagógicas, sendo assim, efetivar práticas que visam à formação intelectual dos alunos, assim como sua formação enquanto ser social em meio à sociedade que se transforma ao passar dos anos.

É muito importante conhecer as práticas pedagógicas do corpo docente, como são desenvolvidas, pois as práticas exigem um desempenho bem sucedido dos professores, tanto que é imprescindível a transparência quanto as peculiaridades do trabalho docente. É através destes momentos complexos das práticas pedagógicas que os professores vão progredindo, adquirindo saberes proveitoso quanto ao enfrentamento destas situações problemas.

Diante disso, acreditamos que o contato com a leitura promove melhorias no desempenho escolar da criança, contribuindo para o lado cognitivo, psicológico, social e cultural. Sendo essa uma prática muito abordada principalmente na educação infantil, é conveniente destacar que a mesma, estimula as crianças a imaginar, a pensar, a interpretar, a criar e a se desenvolver.

É interessante que o professor busque a cada dia mais novas metodologias para enriquecer o seu trabalho e garantir melhoria na educação de seus pequenos. A própria prática de contar histórias deve ser feita de forma inovadora, que não torne a aula desinteressante ou cansativa, um exemplo disso é algumas vezes pedir para uma criança contar a história, num outro dia usar fantoches, promover um teatro com seus alunos, e etc. Sabemos que não é fácil, muito pelo contrário, exige muita criatividade e capacidade de inovação, mas é uma atividade necessária.

Na maioria dos casos, a Escola acaba sendo a única fonte de contato da criança com o livro e, sendo assim, é necessário estabelecer-se um compromisso maior com a qualidade e o aproveitamento da leitura como fonte de prazer, (MIGUEZ, 2000, p. 28).

Assim, consideramos que a essência da aprendizagem está em utilizar de forma eficaz métodos e práticas pedagógicas voltadas para o público em questão. De modo a tornar prazeroso tanto o ato de ensinar como o de aprender, tornando a aula produtiva e agradável.

3.1. Pesquisa de Campo: CEMEI

A fim de investigar a educação destinada à criança surda em escola de ensino regular e recolher dados para o nosso estudo, aplicamos um questionário com dezesseis perguntas para cinco professores que atuam diretamente com o aluno surdo no CMEI Marília Modesto Monteiro, no período de outubro a novembro de 2015. A finalidade dessas perguntas é proporcionar a esses profissionais, liberdade para expor suas opiniões, o que nos possibilitou conhecer a realidade vivenciada por esses docentes. Sendo assim, segue a baixo alguns relatos coletados na instituição que foi nosso universo de pesquisa.

3.2. Dados da Instituição

A pesquisa foi realizada no Centro Municipal de educação infantil “Marília Modesto Monteiro”, situada no bairro Barcelona, na Avenida Região Sudeste nº765, Serra-ES. É uma instituição municipal de pequeno porte que funciona meio período, matutino e vespertino, tendo um total de 15 a 23 alunos por turma e, em seu todo, são 20 turmas e 406 crianças. Sendo uma turma grupo II com 15 alunos, cinco turmas grupo III com 18 alunos cada, 7 turmas grupo IV com 20 alunos cada e 7 turmas do grupo V com 23 alunos cada. As vagas são oferecidas para crianças a partir de 2 a 5 anos, e já saem alfabetizadas. A instituição é vinculada a prefeitura da Serra, e já funciona a vários anos, porém, o espaço onde coletamos os dados está funcionando a nove meses, pois a demanda de crianças que precisam de creche está aumentando a cada ano.

O CEMEI possui uma secretaria, uma sala de professores, uma sala de diretoria e uma sala de pedagogos, possui três banheiros para os alunos, dois para funcionários, todos com acessibilidade para deficientes, não possui quadra de esportes, apenas um pátio com brinquedos para recreação, e sem cobertura, impossibilitando o acesso das crianças em dias chuvosos, tem uma biblioteca, mas os alunos não a utilizam, os livros de contos e histórias infantis são oferecidos na sala de aula. E, para uma alimentação balanceada e saudável, contam com a presença de uma nutricionista.

Nesta instituição os profissionais da educação são formados por vinte e seis professores, duas pedagogas, um intérprete de libras e cinco estagiários todos com ensino superior, exceto os estagiários que ainda estão cursando Pedagogia. A administração é feita pela diretora que conta com a participação de todos os funcionários juntamente com a comunidade e família dos alunos em reuniões e festas oferecidas pela creche, todos são muito participativos e com um bom relacionamento entre eles. Para melhor compreensão da nossa pesquisa de campo segue abaixo a metodologia.

3.3. Metodologia

Na procura de uma metodologia que pudesse satisfazer todas as nossas expectativas e apresentar um melhor resultado ao nosso trabalho, optamos pelo caráter bibliográfico e abordagem qualitativa. Sendo assim, nossa pesquisa de campo foi realizada no CMEI Marília Modesto Monteiro localizada no bairro Barcelona no município da Serra, onde trabalham com crianças deficientes e/ou com necessidades especiais, e através de nossas observações tivemos a oportunidade de conhecer as dificuldades apresentadas pelo aluno surdo, que é o nosso foco e quais os meios disponibilizados pela escola aos docentes e as práticas utilizadas por esses profissionais no auxílio dessa criança, para que as atividades aconteçam de forma satisfatória.

Com esse objetivo nos utilizamos da observação e de um questionário com algumas perguntas pertinentes que foram feitas aos professores envolvidos a fim de entender o que ainda falta ou se falta alguma coisa para oferecer uma educação inclusiva de qualidade. Estabelecemos como objetivo principal, saber quais práticas pedagógicas são utilizadas para contar histórias para crianças surdas. Essa pesquisa foi muito importante para que pudéssemos coletar os dados necessários para o nosso trabalho.

3.4. Procedimentos para Coletas de Dados

Para a coleta de dados utilizamos uma investigação de abordagem qualitativa a fim de fazer uma análise adequada, e reunir materiais que pudessem nos proporcionar melhor elaboração ao nosso trabalho e nos possibilitar um maior entendimento sobre o tema estudado.

As técnicas utilizadas foram o questionário e a observação, sendo aplicados em três momentos distintos.

Portanto, no primeiro momento fizemos nossas observações na sala do grupo cinco, analisando as atividades, a interação do aluno surdo com as crianças

ouvintes, e a relação com os professores, visando perceber como se dá o ato de contar histórias para crianças surdas em classes de ensino regular.

Já no segundo momento, nós tivemos o prazer de participar, diretamente, de uma contação de história para as crianças que não desprendiam seus olhinhos nem por um minuto, só assim conseguimos compreender a dimensão desse ato na vida de todos, independente de suas limitações.

No terceiro momento entregamos um questionário com perguntas para cinco profissionais do CEMEI que lidam diretamente com o aluno surdo, tendo como objetivo saber a opinião de cada um sobre vários os assuntos ligados à inclusão.

3.5. Resultados Obtidos

Para apuração dos dados foi feita uma análise descritiva das respostas dos pesquisados, onde elaboramos categorias, distribuídas em três tabelas. Conforme se apresenta a seguir.¹

Tabela 1: Categoria de análise descritiva quanto à escola.

- 1-Práticas pedagógicas;
- 2-Recursos-docentes/CEMEI;
- 3-Qualificação dos professores;
- 4-Metodologia;
- 5-Aprendizagem;
- 6-Interprete/libras

Participantes Categorias	Práticas pedagógicas	Recursos-docente/CEMEI	Qualificação dos professores	Metodologia	Aprendizagem	Intér-prete Libras
	Articula-	Jogos	Os	Nos	Acredito	Todos os

¹ A transcrição está feita de acordo com as palavras dos pesquisados.

Profº A	mos atividades em português juntamente com atividades em libras.	alfabeto bingo música e estudos em libras para os professores.	professores são figurantes nesse processo exceto o de Educação física.	apoiamos em metodologias voltadas para surdos.	que sua aprendizagem se dá através do contato com outro sujeito.	professores deveriam dominar libras.
Profº B	O brincar é uma prática pedagógica de excelência.	Possui as melhores condições.	Os professores estão qualificados para exercer essa função.	Jogo brincadeiras dentre outros.	Na educação física a motricidade é a linguagem.	Ele é que promove a interação apropriada.
Profº C	Utilizo auxilio visual.	O auxílio da professora de libras.	O município não oferece formação adequada.	Utilizo a música.	Não tenho condições de responder.	È de fundamental importância.
Profº D	São de acordo com cada profissional.	A instituição não disponibiliza.	Os professores são qualificados, mais não sabem libras.	Utilizo várias metodologias.	Através do professor regente e interprete de libras.	Esse profissional tem sua importância.
Profº E	É pensado com base no nível de desenvolvimento do aluno.	Está desenvolvendo gradativamente nesse processo.	Não respondeu.	Não respondeu.	Não respondeu.	Não respondeu.

LEGENDA: profº.= professor (as letras A; B; C; D e E) correspondem à ordem em que os educadores responderam ao questionário.

Tabela 2: Categoria de análise descritiva quanto à criança surda.

1-Interação da criança surda e ouvintes;

2-Relação da criança surda e professores;

3-Participação da família.

Participantes Categorias	Interação da criança surda e ouvintes	Relação da criança surda e professores	Participação da família
Profº A	Após aprenderem alguns sinais, não há dificuldades entre surdo e ouvintes.	Tem uma ótima relação de comunicação e interação.	A família não é participativa.
Profº B	O especialista em libras promove a interação apropriada.	A melhor possível.	Sim, como era de se esperar.
Profº C	Normalmente, através das brincadeiras e atividades.	É muito difícil, o aluno é muito teimoso e cheio de vontades.	Não tenho condições de responder.
Profº D	Muito boa, pois os valores são vivenciados e o respeito constituído.	Boa, sem nenhum problema.	Às vezes.
Profº E	Ele vem a cada dia rompendo barreiras e se fazendo compreendido pelas crianças ouvintes.	É uma relação harmônica e interativa.	Precisa se dedicar mais.

LEGENDA: profº.= professor (as letras A; B; C; D; E) correspondem à ordem em que os educadores responderam ao questionário.

Tabela 3: Categoria de análise descritiva quanto à inclusão

1-Inclusão dentro do CEMEI.

Participantes Categorias	Inclusão dentro do CMEI
Profº A	A equipe nos orienta e ajuda quanto à frequência e participação do aluno, nas apresentações e eventos dentro da escola.
Profº B	Através do profissional de libras.
Profº C	Não tenho condições de responder.
Profº D	Sala de aula, professor interprete, não discriminação e ser tratado como aluno normal, etc.
Profº E	Não respondeu.

LEGENDA: profº.= professor (as letras A; B; C; D; E) correspondem à ordem em que os educadores responderam ao questionário.

3.6. Análise dos dados

Analizamos os dados a partir das categorias apresentadas anteriormente e que faremos as descrições a seguir.

3.6.1 Descrição das respostas

Observando a tabela nº 1 chegamos à conclusão que os profissionais tiveram respostas distintas, talvez, por tratarem de disciplinas diferentes, mas todos foram unânimes ao falar da importância do intérprete de libras junto à criança surda.

Na tabela nº2, podemos perceber que todos os entrevistados concordam no que dizem respeito à interação do aluno surdo com crianças ouvintes, às dificuldades existem, mas está sendo vencida. Há contradição no quesito relação professor e aluno surdo, os docentes A, B, D, E relatam ter uma boa relação com o aluno, porém, o profissional C fala que a relação é muito difícil.

Quanto à participação da família sentimos que os professores B, C, D, E não quiseram ser decisivos, enquanto que o professor A faz uma afirmação que a família não é participativa.

Já na tabela de nº3, os professores concordaram que há inclusão no escolar, exceto os professores C, E, que esquivaram em responder.

- **Práticas pedagógicas**

Na concepção dos entrevistados as práticas pedagógicas são articuladas conforme o nível de desenvolvimento de cada discente, e de acordo com cada professor.

- **Recursos-docentes/CMEI**

Três professores estão convictos que o CMEI oferece recursos como jogos, brincadeiras, alfabetos em libras, e estudos para os professores ter conhecimento da língua brasileira de sinais, facilitando assim a inclusão do aluno surdo; já o professor D relata que a instituição não disponibiliza de nenhum recurso, enquanto que o E diz que o centro educacional está desenvolvendo gradativamente nesse processo.

- **Qualificação dos professores**

De todos os entrevistados apenas dois acreditam que os profissionais são qualificados para exercer essa função; enquanto que o entrevistado A diz que os professores são figurantes nesse processo, o professor C relata que o município não oferece formação adequada e o professor E não respondeu.

- **Metodologia**

As respostas foram diversas, o professor A se apoia em metodologias voltadas para surdos, o professor B usa brinquedos, jogos e brincadeiras, o professor C

utiliza a música, o professor utiliza várias metodologias, enquanto que o professor E não quis responder.

- **Aprendizagem**

Na questão aprendizagem, dois professores não responderam, enquanto que os demais tiveram respostas distintas; o professor A, acredita que ela se dá em contato com o outro, professor B respondeu que é através dos movimentos, o professor D diz que é através do professor regente e interprete de libras.

- **Interprete/libras**

Os professores A, B, C, D são unânimes em afirmar que esse profissional é de fundamental importância, fazendo o papel de elo entre o aluno surdo e os alunos ouvintes, o professor A vai além dizendo que todos os profissionais deveriam dominar libras, já o professor E não respondeu.

- **Interação da criança surda e ouvintes**

As respostas dos professores A, B, D, E estão interligadas, por exemplo, o interprete ao ensinar sinais às crianças ouvinte facilita a interação deles com o surdo que se faz compreendido por elas, tornando essa comunicação muito boa; o professor C acredita que ocorra através das atividades e brincadeiras.

- **Relação da criança surda e professores**

Ao perguntar sobre a relação professor/aluno, todos responderam positivamente afirmando que é boa sem nenhum problema, ótima, a melhor possível, harmônica e interativa, exceto o professor C que alega ter uma relação muito difícil, pois o aluno é muito teimoso e cheio de vontades.

- **Participação da família**

Sabendo que a família e a escola devem caminhar juntas para um bom rendimento acadêmico do aluno, as respostas não foram satisfatórias, pois o professor A afirma que a família não é participativa, o professor B diz: como era de se esperar, essa resposta pode soar tanto positivamente quanto

negativamente, na verdade ele não demonstrou clareza em sua resposta, os professores D, E relatam que às vezes, e que precisam dedicar-se mais, enquanto que o professor C alega não ter condições de responder.

- **Inclusão dentro do CEMEI**

Com intuito de que a inclusão aconteça, o professor A, relata ser orientado pela equipe quanto assiduidade do aluno em apresentações e eventos da escola, o professor B fala que está sendo possível através do interprete, enquanto que o professor D em suas palavras diz não a discriminação e que o aluno surdo deve ser tratado como normal. Ao nosso ponto de vista, apesar de sua limitação, ele é normal e deve ser tratado com muito respeito, como merece todos os indivíduos, os professores C, E, não responderam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos que direcionaram este trabalho, assim como o percurso que norteou nossa pesquisa de campo, nos levaram a compreender quais são as práticas docentes inseridas no contexto escolar e quais os percalços que levam o nosso país a ter tanta dificuldade quanto à educação de surdos.

Quando falamos em educação especial para surdos, contemplamos várias realidades em diferentes processos de aprendizagem, como por exemplo: alunos surdos inseridos em classes especiais em escolas de ensino regular, assim como alunos surdos inseridos em classes de ouvintes.

Dessa forma observamos a realidade do Brasil, o trabalho desenvolvido com crianças surdas apresenta significativamente um avanço, mais é importante ressaltar que a maioria dos alunos com deficiência auditiva ainda não frequentam escolas. Sabe-se que a educação de ensino regular e especial não é consistente e o despreparo do corpo docente quanto ao receberem alunos surdos, a falta de apoio do governo quanto às equipes especializadas que auxiliam e facilitam a comunicação na hora do aprendizado.

É importante falarmos da relação família e escola para que o aluno tenha um bom desenvolvimento em sala de aula. A escola precisa primeiramente acolher esta família para que juntos possam estimular o aprendizado do mesmo, cooperando para que este relacionamento seja agradável ao longo deste trabalho, desta maneira cada uma pode expor suas ideias e opiniões.

Através da pesquisa de campo e questionários respondidos pelo corpo docente, que tem ligação direta com o aluno surdo, podemos constatar a distância entre a família e a escola, principalmente neste momento onde a criança está sendo alfabetizada, onde ela precisa de total apoio da família. Sabemos que o processo de alfabetização é um marco na vida de qualquer criança, seja ela ouvinte ou não, sendo essencial a presença da família, acolhendo-a para que se sinta amada e possa interagir com segurança fora do ceio familiar.

É necessário ainda ser considerado que principalmente na fase de alfabetização o professor precisa ter como ferramenta o auxílio dos mais diversos métodos para que a atenção da criança seja voltada para a aprendizagem e que de fato ela ocorra de forma significativa, sendo uma dessas práticas o ato de contar histórias.

Diante disso, é preciso destacar que a criança surda durante o processo de aquisição de leitura e escrita deve ter acesso à literatura da mesma forma que uma criança ouvinte tem, visto que ambas compartilham da necessidade de aprender através do lúdico.

De acordo com Wilcox e Wilcox,

“A comunidade surda é bilíngue. Há muitos trabalhos em inglês de poetas Surdos, escritores de peças, romancistas e ensaístas que os estudantes de segunda língua podem ler com o intuito de se familiarizarem com a cultura e a experiência Surda” (Wilcox e Wilcox 2005, p. 101).

É notório nos dias atuais as tentativas centradas em incluir o surdo na cultura ouvinte devido ao forte apoio da legislação a favor desta causa, no entanto, pouco se faz para familiarizar também o ouvinte à comunidade surda. Mesmo com todos os esforços e as lutas realizadas para que eles sejam reconhecidos, pouco se ouve falar de entretenimento para o surdo, produções realizadas por pessoas surdas e também quase não se vê lazer para sua comunidade. Percebemos que a mídia não explora a comunidade surda, mesmo sabendo que existem atividades fantásticas sendo realizadas por essas pessoas.

Através de nossos estudos e pesquisas pudemos ter um olhar amplo quanto à comunidade surda e quanto à educação de crianças surdas, conhecendo sua historicidade, seus direitos e sua cultura, permitindo a outros o acesso a esse conhecimento de forma a valorizar a educação de surdos abrindo espaço para novas práticas e metodologias adequadas inclusas no processo de ensino-aprendizagem da criança surda. Assim sendo, admitimos que é prioridade que haja uma educação igualitária no direito à diferença, garantindo o acesso e a permanência desta criança nas escolas, e que sua aprendizagem de fato se

efetue de forma prazerosa, compactuando para um ambiente de grandes realizações.

Tivemos a oportunidade de conhecer um profissional, que criou um projeto, "Conhecendo a outra Língua", no qual fala sobre a língua brasileira de sinais (LIBRAS), ainda desconhecido por muitos, mais essencial para todos que precisam dela para comunicar-se e se fazer entendido, por tratar-se de um projeto que envolve todos os funcionários e alunos da instituição, trouxe muitos benefícios, facilitando a comunicação do aluno surdo com as demais crianças. Um trabalho brilhante de alguém que acredita na inclusão e luta por isso, e o CEMEI por abraçar essa causa.

.

REFERÊNCIAS

BRASIL, deficiência auditiva - LÍNGUA. **Lei nº 11.796/29.10.2008- Dia nacional dos surdos.** Disponível em:<<http://www.soleis.adv.br/surdos.htm>>. Acesso em: 20 de Setembro 2015.

BRASIL, presidência da república. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: 01 de Setembro 2015.

ESPANHA. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na área das necessidades educativas especiais,** 1994.

FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GESSER, Audrei. **Libras, que língua é essa?** 1edição, São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GESUELI, Zilda Maria. **A criança surda e o conhecimento construído na interlocução em língua de sinais.** UNICAMP, 1998.

GOLDFELD, Márcia. **A Criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** 2 edição.São Paulo: Plexus Editora, 1997.

GUGEL, Maria aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.**

JESUS, Lisiane Nunes de, **Inclusão do Deficiente Auditivo. Alicerce: família, escola, e sociedade.** 1edição. Rio de Janeiro: E-parpes,2009.

KENDRICK, Deni. **Um olhar Vygotskiano sobre a surdez.** 2010.

MIGUEZ, Fátima. Nas arte-manhas do imaginário infantil. 14. ed. Rio de Janeiro: Zeus, 2000.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **Para uma escola do século XXI.** 1 edição. São Paulo, editora Unicamp e Modena 2013. Disponível em:<<http://educacaoinclusivaemfoco.com.br/wpcontent/uploads/2015/03/MantoanMariaTerezaEgler.pdf>>. Acesso em: 10 outubro 2015.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão o que é?Por quê?Como Fazer?** 1 edição.São Paulo,editora Moderna,2003.

NASCIMENTO, Cristina de Fátima. **Educação inclusiva no Brasil e as dificuldades enfrentadas em escolas públicas.** Disponível em:<<http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/04122012Cristina%20de%20Fátima%20do%20Nascimento%20-%20TCC.pdf>>. Acesso em: 18 de novembro 2015.

NEIVA, Lucia Schwan. Disponível em:<http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/monografias/turmas1_e_2/MONOGRAFIA_NEIVA_LUCIA_SCHWAN.pdf>. Acesso em: 14 de novembro 2015.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. 1 edição. Rio grande do Sul, editora Artmed, 1999.

QUADROS, Ronice Muller. **Estudos Surdos II**, (série pesquisa). Rio de Janeiro, editora Arara Azul, 2007. Disponível em:<<http://editora-arara-azul.com.br/estudos2.pdf>>. Acesso em: 08 setembros 2015.

RETONDO, Carolina Godinho. SILVA, Glaucia Maria. Resignificando a formação de professores de Química para a educação especial e inclusiva: uma história de parcerias. São Paulo, 2008. Disponível em:<<http://www.quimica.ufpr.br/eduquim/eneq2008/resumos/R0073-2.pdf>>. Acesso em: 02 Setembro 2015.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem aspectos e implicações neurolinguísticas**. 1 edição. São Paulo, editora Plexus Editora, 2007. Disponível em:<https://books.google.com.br/books?id=0uIQ6XaO_3UC&pg=PA1&hl=ptBR&source=gs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 de setembro 2015.

SANCHÉZ, C. M. La increíble y triste historia de la sordera. Caras: Impresión CEPROSORD, 1990.

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. 1 edição. São Paulo: Parábola editorial, 2009.

SILVA, Silvana Araújo. **Conhecendo um pouco a história dos surdos**. Londrina, 2009.

SOARES, M.A.L. - A educação do surdo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

VILHALVA, Shirley. **Despertar do Silêncio**, ed. Arara Azul, Rio de Janeiro. Coleção cultura e diversidade.

WILCOX, S.; WILCOX, P. Aprender a ver. Tradução por Tarcísio Leite. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

WIDELL, Jonna. As fases históricas da cultura surda. Revista do GELES, Nº 6, p. 20-49, 1992.

ANEXOS

ANEXO I

LEI Nº10. 436/2002

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faz saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

LEI 12.319/2010

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faz saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 3º (VETADO)

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e.

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

IV - pelas posturas e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;

V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

Art. 8º [\(VETADO\)](#)

Art. 9º [\(VETADO\)](#)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de setembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

APÊNDICES

FACULDADE DOCTUM DE PEDAGOGIA DA SERRA

Curso: Pedagogia

QUESTIONÁRIO

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A
EDUCAÇÃO DO ALUNO SURDO**

Data da entrega do Questionário: 27 de outubro de 2015

Data de retorno do Questionário: 16 de novembro de 2015

Pesquisador: Aliny de Araujo, Elizabeth Felberk Alves, Monike Lima.

DADOS DA ESCOLA DE ATUAÇÃO DO PROFESSOR PESQUISADO:

Escola: Centro Municipal de Educação Infantil Marília Modesto Monteiro.

Endereço: Avenida Região Sudeste, 765-Barcelona, Serra-ES, 29166-200.

Tel.: (27) 3341-7512

Pública/Privada: Pública

DADOS DO PROFESSOR (A) PESQUISADO (A):

Nome: A, B, C, D, E.

Idade: Entre 35 e 50.

Escolaridade (pós): Todos são pós-graduados.

Modalidade de ensino: Educação Infantil.

Diretor (a): Edilane da Silva Ferreira.

Turma: Grupo Cinco, Nº de alunos matriculados: 23.

QUESTÕES ABORDADAS

- 1-Quais as práticas pedagógicas utilizadas para melhor compreensão e rendimento acadêmico do aluno surdo.
- 2-É utilizado algum recurso pelo docente para que o aprendizado desse aluno tenha resultados positivos?
- 3-E quanto à instituição educacional, oferece algum recurso possibilitando um estudo de qualidade, e melhor desempenho desse aluno?
- 4-Como se dá a interação do aluno surdo com as crianças ouvintes?
- 5-Quais suportes o CMEI oferece quanto à inclusão desse aluno?
- 6-Qual a relação dessa criança com os profissionais que o assistem?
- 7-A família é participativa?Como é sua relação com a escola?
- 8-Os professores que auxiliam esse aluno estão qualificados para exercer essa função?
- 9-Todos os profissionais que o acompanham tem conhecimento das leis que amparam esse discente?
- 10-Na sua visão o que precisaria melhorar ou aperfeiçoar, para proporcionar um melhor atendimento a essa criança?
- 11-Na sua concepção o professor tem a necessidade de um intérprete em sala de aula?E qual a importância desse profissional?
- 12- Já utilizou alguma metodologia que tenha envolvimento cultural sobre o aluno surdo?
- 13-A respeito da realização de trabalhos em grupo na sala de aula como parte dos aspectos metodológicos há possibilidade de existir a realização de trabalhos em classe envolvendo surdos e ouvintes?

14-A maioria das crianças surdas não tem acesso a uma educação que lhes possibilite um aprendizado significativo. Então como aprendem?Como se comunicam?Como se dá a aprendizagem?

15-Você acha que além do interprete os professores que lidam diretamente com essas crianças também deve aprender libras?

16-Você é a favor da inclusão de alunos surdos nas classes regulares?

Sem mais,

Aluno do curso de Pedagogia/DOCTUM

Professor pesquisado

FOTO 1–“Centro Municipal de Educação Infantil onde colhemos dados para a realização deste presente trabalho”.



FOTO 2- História que contamos para os alunos em nossa primeira visita ao CMEI.

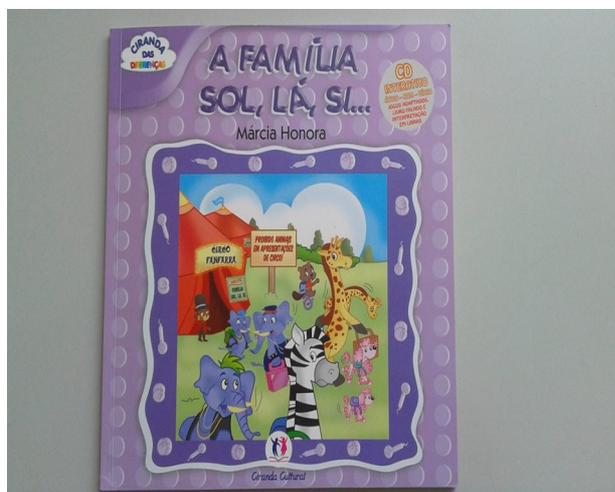


FOTO 3- O primeiro momento foi feito por Elizabeth que leu a história com muita emoção, contando com a participação da intérprete de Libras a professora regente e os principais interessados que são as crianças, que não desgrudavam os olhinhos.



FOTO 4- O segundo ficou com a Aliny, que soube finalizar de forma formidável a História.



FOTO 5- Aula de música o aluno surdo totalmente descontraído.



FOTO 6- Momento de interação entre surdo e ouvinte.



FOTO 7- Na brincadeira eles conseguem se entenderem facilmente, pois a linguagem é a mesma, a diversão.



FOTO 8- Aula de arte, hora de usar a criatividade.

